roj. de Lei Complementar nº. ○48

ESTADO DE RONDÔNIA Assemin in Lonicialiva

0 1 DEZ 2015

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA **GOVERNADORIA**

Protocolo: 05 Processo: 05

MENSAGEM N. 279, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Recebido, Autue-se e Inclua em pauta.

EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Tenho a honra de submeter à elevada apreciação e deliberação dessa Egrégia Assembleia Legislativa, nos termos do inciso III do artigo 65, da Constituição Estadual, o anexo Projeto de Lei Complementar que "Dispõe sobre a situação funcional e cedência à Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC, criada pela Lei Complementar n. 828, de 15 de julho de 2015, dos Policiais Civis lotados no Departamento de Polícia Técnica - DPT, ocupantes dos cargos de Perito Criminal, Agente de Criminalística, Agente de Polícia, Técnico de Laboratório, Escrivão de Polícia, Datiloscopista Policial e Técnico de Necropsia.".

Senhores Parlamentares, visando a necessidade de promover a cedência para a Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC, bem como de preservar os direitos dos servidores Policiais Civis, lotados no Departamento de Polícia Técnica - DPT, ocupantes dos cargos de Perito Criminal, Agente de Criminalística, Agente de Polícia, Técnico de Laboratório, Escrivão de Polícia, Datiloscopista Policial e Técnico de Necropsia, este Poder Executivo Estadual apresenta o presente Projeto de Lei Complementar.

Informo a Vossas Excelências, que em razão do interesse da Administração Pública, os servidores públicos já referidos, ficam cedidos de modo permanente à Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC, até a contratação de novos servidores por meio de concurso público, podendo, inclusive, optar pela manutenção da cedência na Superintendência de Polícia Técnico-Científica -POLITEC, após a contratação dos novos servidores, não perdendo a condição de Policial Civil, para qualquer efeito legal.

Ainda, ocupantes dos cargos de Perito Criminal, Agente de Criminalística, Agente de Polícia, Técnico de Laboratório, Escrivão de Polícia, Datiloscopista Policial e Técnico de Necropsia cedidos continuarão a integrar o Grupo Ocupacional Policial Civil, no mesmo nível de vencimentos do cargo de origem e com todas as demais garantias, incluindo revisões salariais, progressões funcionais, promoções, entre outras, sem prejuízo de remoções posteriores, mediante Decreto.

Certo de ser honrado com a elevada compreensão de Vossas Excelências e, consequentemente, com a pronta aprovação do mencionado Projeto de Lei, antecipo sinceros agradecimentos, subscrevendo-me com especial estima e consideração.

CONFÚCIO AIRES MOURA

Governador

SECRETARIA LEGISLATIVA RECEBIDO

0 1 DEZ 2015

Servidor





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA GOVERNADORIA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre a situação funcional e cedência à Superintendência de Polícia Técnico-Científica - POLITEC, criada pela Lei Complementar n. 828, de 15 de julho de 2015, dos Policiais Civis lotados no Departamento de Polícia Técnica - DPT, ocupantes dos cargos de Perito Criminal, Agente de Criminalística, Agente de Polícia, Técnico de Laboratório, Escrivão de Polícia, Datiloscopista Policial e Técnico de Necropsia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DECRETA:

- Art. 1°. Os Policiais Civis lotados no Departamento de Polícia Técnica DPT, ocupantes dos cargos de Perito Criminal, Agente de Criminalística, Agente de Polícia, Técnico de Laboratório, Escrivão de Polícia, Datiloscopista Policial e Técnico de Necropsia, ficam cedidos à Superintendência de Polícia Técnico-Científica POLITEC, criada pela Lei Complementar n. 828, de 15 de julho de 2015, para exercerem as atividades policiais que desenvolvem no Departamento de Polícia Técnica DPT, não perdendo a condição de Policial Civil, para qualquer efeito legal.
- Art. 2°. Em razão do interesse da Administração Pública, os servidores públicos referidos no artigo anterior ficam cedidos de modo permanente à Superintendência de Polícia Técnico-Científica POLITEC, até a contratação de novos servidores, por meio de concurso público.
- Art. 3°. Os servidores públicos citados no artigo 1° desta Lei Complementar, poderão optar pela manutenção da cedência na Superintendência de Polícia Técnico-Científica POLITEC, após a contratação de novos servidores públicos, por meio de concurso público, não perdendo a condição de Policial Civil, para qualquer efeito legal.
- Art. 4°. Os servidores públicos cedidos mencionados no artigo 1° desta Lei Complementar continuarão a integrar o Grupo Ocupacional Policial Civil, no mesmo nível de vencimentos do cargo de origem e com todas as demais garantias, incluindo revisões salariais, progressões funcionais, promoções, entre outras, sem prejuízo de remoções posteriores, mediante Decreto.
- Art. 5°. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos a contar da data de publicação da Lei Complementar n. 828, de 15 de julho de 2015.

burg